

**JOSEMARIA ESCRIVÁ DE BALAGUER,
MESTRE DA LIBERDADE CRISTÃ**

Na esfera existencial, que é o campo de actuação e, portanto, a formação do próprio eu e da pessoa, o primeiro princípio é a vontade, que tem como centro dinâmico a liberdade. O pensamento moderno exaltou a liberdade como único constitutivo do homem, como fundamento de si própria; assim, a liberdade foi identificada com a espontaneidade da razão, do sentimento, da vontade de domínio ... e levou o mundo ocidental, com a tensão alternante que também hoje se verifica, a estar à mercê dos regimes totalitários ou ao caos dos movimentos anárquicos. Carecendo de um fundamento transcendente, a liberdade tomou-se a si própria como objecto e fim: converteu-se em liberdade vazia, em liberdade da liberdade, lei de si própria, por ser liberdade sem outra lei que não seja a explosão dos instintos ou a tirania da razão absoluta, que não é senão o capricho do tirano. O pensamento moderno, nas suas formas mais coerentes, ao refutar a metafísica destruiu qualquer tipo de moral, pois a moral exige a distinção absoluta entre o bem e o mal, entre o verdadeiro e o falso: o que, por sua vez exige uma verdade e uma bondade absolutas, que não são senão o próprio Ser absoluto a que os homens chamaram Deus, como faz notar S. Tomás (S. Th., I, q. 2, a. 3).

Pela sua natureza, a energia primária da vontade tende à formação da pessoa: ela tem a chave do mistério do destino de cada pessoa e, portanto, dos povos e do sentido último da história humana. A vontade move mediante a sua liberdade, ordena ou desordena e, do mesmo modo, pode exaltar ou deprimir todas as energias e faculdades do homem, não só os sentidos e as paixões, mas também a inteligência e as faculdades superiores, dado que a vontade se move a si mesma, quer-se a si mesma porque quer querer e, portanto, libertar-se a si mesma, tem liberdade. Com audácia, que transcende qualquer unilateralidade quer do anarquismo quer do totalitarismo, S. Tomás pode apresentar o homem como causa sui, porque na ordem moral ele se converte naquilo que quer ser, isto é, naquilo que com a sua liberdade ele opta por ser. No horizonte do espiritualismo bíblico, o homem diz-se criado à imagem e semelhança de Deus por ser dotado de inteligência e de liberdade (S. Th., I-II, Prologus). E a liberdade (*liberum arbitrium*),

como afirmava Tomás sendo ainda estudante, é reconhecida como «universalis motor omnium» (In III Sent., d. 27, q. II, a. 3; Ed. Moss, III, 881). Deste modo, e é a conclusão existencial decisiva na formação da pessoa, a qualidade moral procede da sua liberdade: «Principium autem moris est voluntas; ideo si voluntas cum intentione bona» (Lectura in Ev. Math., c. VII, lect. 2; ed. Marietti, n. 661, p. 103 b). E a explicação é aprofundada posteriormente por Tomás, já na sua maturidade, pois não se detem na bondade transcendental do homem como criatura, mas vê na bondade moral adquirida a realização da sua perfeição como ser espiritual. É a superação do intelectualismo e do ideal clássico do KALOKAGATHON: «Homo secundum suam naturam est bonum secundum quid, non autem simpliciter (...) simpliciter autem et totaliter bonus dicitur ex hoc quod habet voluntatem bonam, quia per voluntatem homo utitur omnibus aliis potentiis. Et ideo bona voluntas facit hominem bonum simpliciter» (Q. de virt. in communi, a. 9, ad 15, Marietti, 733 a). E também não é por acaso que o anúncio angélico da vinda do Redentor se dirige aos «homens de boa vontade» (Lc 2,14), àqueles que aceitam o Evangelho, que é a boa nova da salvação trazida por Cristo, a cura da ferida do pecado e a promoção à dignidade de filhos de Deus com a graça, que é a restituição e o incremento da liberdade.

O paradoxo do cristianismo é que o homem, criado livre por Deus para estar em harmonia com Deus no amor e na obediência, usou, isto é, abusou da sua liberdade para desobedecer a Deus, comprometendo essa mesma liberdade e perdendo a graça e a justiça originais. A liberdade, uma vez que o homem se separou de Deus, é insidiada por cima pelo orgulho e por baixo pelas paixões: assim o homem, ainda que depois do pecado seja formalmente livre, no plano existencial é «escravo do pecado», só se tornando livre na medida em que domina as paixões e derrota o orgulho da afirmação do próprio eu. Todo o Novo Testamento e a sua «mensagem de salvação» consiste nesta nova liberdade que é oferecida a quem crê: «A verdade vos fará livres», promete Jesus (Jo 8,32), na submissão a Cristo; pois, como afirma o Apóstolo, estamos livres do pecado na medida em que nos tornamos «servos de Cristo» (I Cor 7,22), isto é, renascidos filhos de Deus na sua graça, restabelecidos à sua imagem e transfigurados na participação da vida divina. Assim, só é verdadeira e completamente livre o cristão que é completamente dócil aos impulsos da graça — é o movimento da graça ab intra —, de tal modo que seja perfeitamente obediente a quem representa a Deus quer na autoridade quer nas necessidades e indigências dos irmãos — é o movimento da graça ad extra —. Esta é a mensagem evangélica que receberam de um modo particular os fundadores da Igreja de Deus e que brilha com luz particular na doutrina de Mons. Josemaría Escrivá de Balaguer como diremos depois. É um paradoxo, o mais profundo paradoxo da existência: mas no cristianismo tudo é paradoxo. Assim, a verdadeira, isto é, a «real» liberdade do homem, ferido pelo pecado e debilitado no espírito, está na verdadeira, isto é, na «real» obediência a Deus pela renúncia ao mundo, pelo sofrimento da vida, pela nostalgia da vida eterna.

É a lição, depois do Novo Testamento, da espiritualidade e da mística cristã, que, na absoluta sujeição às moções interiores do Espírito Santo, actua e cumpre «a lei da perfeita liberdade» (Jo 1,25; 2,12) e antecipa na terra, na união com

Cristo, a comunhão com a própria vida de Deus. Pelo que bem se pode afirmar que antes de Cristo e fora do Cristianismo, a liberdade autêntica era desconhecida, como reconhece o próprio Hegel (Vorles. über die Geschichte der Philosophie, Einleitung, Ed. Jo Hoffmeister, p. 63; Enzyklop. & 482). Mas o grande filósofo erra profundamente quando coloca a liberdade cristã ao nível da Razão humana absoluta e vê a sua realização, no cumprimento da história universal, bastar-se a si mesma, sobretudo no desenvolvimento das nações germânicas. Não previa certamente a ascensão, à distância de um século, de Adolfo Hitler, mas não terá sido por acaso que o nacionalsocialismo se referirá a Hegel: «A intuição de Hegel da absolutização do estado em si mesmo, converteu-se em algo dominante nos últimos decénios na Alemanha (e não somente na Alemanha)» (A. Rosenberg, Der Mythos des 20 Jahrhunderts, München, 1941, p. 525).

Ao regresso ao paganismo de Hegel-Hitler contrapõe-se o projecto do cristão Kierkegaard acerca da fundamentação da liberdade em Deus com a escolha de Deus como fundamento da própria liberdade. Assim, na esfera existencial — como fará por intuição sobrenatural de teólogo e de homem de profunda fé cristã o próprio Mons. Josemaría Escrivá de Balaguer —, a escolha de Deus converte-se por sua vez no fundamento da liberdade. É o «temor e tremor» com que o cristão deve realizar a sua salvação (Filip 2,12): «O que de grande se concede ao homem é a escolha da liberdade. Se a queres salvar e conservar não há outro caminho: que é o de, no preciso momento, absolutamente no preciso momento, absolutamente em plena dedicação, entregá-la a Deus e tu nela» (Papirer, 1849-1850, X: A428; tr. it. n. 2148, t. II, p. 35). É o princípio do «santo abandono» que está como fundamento da espiritualidade e mística cristã.

Homem novo, para os tempos novos da Igreja do futuro, Josemaría Escrivá de Balaguer captou por intuição, mas também por luz sobrenatural, este conceito originário da liberdade cristã: imerso ao anúncio evangélico da «liberdade» como «libertação» da escravidão do pecado, ele dá confiança ao que crê em Cristo e — depois de séculos de espiritualidade cristã que se apoiavam na prioridade da obediência — inverte a situação, fazendo da obediência uma expressão da liberdade como o fruto o é da sua flor ou, mais profundamente, da sua raiz. As suas declarações intensificam-se e tornam-se mais claras com o decorrer dos anos e da sua especial reflexão eclesial. Assim, na meditação sobre «o triunfo de Cristo na humildade», proferida na vigília do Natal de 1963, como comentário ao texto de São Lucas «Et erat subditus illis» (Luc 2,51), e em contraposição com o espírito de anarquia e de desobediência, de intrigas e de desunião dos tempos modernos, afirma: «Sou muito amigo da liberdade e, precisamente por isso, amo tanto essa virtude cristã. Devemos sentir-nos filhos de Deus e viver com o empenho de cumprir a vontade do nosso Pai, de realizar tudo segundo o querer de Deus, porque nos dá na gana, que é a razão mais sobrenatural.» E, como que fazendo

balanço da sua própria vida, confessa com ânimo aberto: «O espírito do Opus Dei, que tenho procurado praticar e ensinar desde há mais de trinta e cinco anos, fez-me compreender e amar a liberdade pessoal». («Cristo que passa», Ed. Aster, Lisboa, 1977, pág. n.º 17). E já antes, numa comovente homilia sobre «A Morte de Cristo, Vida do Cristão», da Sexta-feira Santa, dia 15 de Abril de 1960, ao abordar o mistério da história cristã da salvação como continuação da criação e da redenção de Cristo, convida a «apreciar, portanto, tudo o que é nobre e belo, a reconhecer a dignidade de cada pessoa, feita à imagem de Deus, e a admirar esse dom especialíssimo da liberdade, que nos faz senhores dos nossos próprios actos e capazes, com a graça do Céu, de construir o nosso destino eterno (ob. cit., n.º 99). Neste aspecto está em plena consonância com a profunda e surpreendente afirmação do Doutor Angélico: «Quanto aliquis plus habet de caritate, plus habet de libertate» (III Sent., q. 29, a. 8, sed contra; Moos III, 945). E é dentro dessa experiência vivida da primazia existencial da liberdade do cristão, como pressuposto para a participação da salvação mediante a graça em Cristo, que ele afirma como lema, de um modo novo mas tão antigo como a primeira apresentação do cristianismo ao mundo: «Deus não quer escravos, mas sim filhos e, portanto, respeita a nossa liberdade. A salvação continua e nós participamos dela: é vontade de Cristo que — segundo as palavras fortes de S. Paulo — cumpramos na nossa carne, na nossa vida, o que falta à sua Paixão, pro Corpore eius, quod est Ecclesia, em benefício do seu corpo, que é a Igreja» («O Grande Desconhecido», homilia pronunciada no dia 25 de Maio de 1969, na Festa de Pentecostes; op. cit., pág. n.º 129). Em plena consonância com o Vaticano II, mais ainda — poder-se-ia quase dizer! — superando-o com audácia, propõe como primeiro bem a respeitar e estimular no empenho histórico do cristão precisamente a liberdade pessoal: «Só se defender a liberdade individual dos outros com a correspondente responsabilidade pessoal, poderá, com honradez humana e cristã, defender da mesma maneira a sua». (Homilia sobre «Cristo Rei» pronunciada no dia 22 de Novembro de 1970; op. cit., pág. n.º 184). Esta «nova» posição na espiritualidade cristã sobre a prioridade básica da liberdade nasce em Mons. Josemaría Escrivá de Balaguer, não como um prurido de originalidade ou de um afã de adaptar-se ao «espírito do tempo» ou de «conformar-se a este século» (Rom 12,2), mas sim de uma humilde e profunda aspiração de que o Evangelho seja vivido pelo homem de hoje. Numa inspirada homilia com o sugestivo título «A liberdade, dom de Deus», de 10 de Abril de 1956, na plenitude da sua naturalidade espiritual, confessa, com audácia digna dos primeiros Apologistas, que a sua missão é a defesa da liberdade pessoal: «... ao longo dos meus anos de sacerdócio, mais que pregando (gritando) o meu amor à liberdade pessoal...» custa-lhe que muitos temam que a defesa da liberdade seja um perigo para a fé. E, antecipando-se ainda com espírito profético à mensagem do Vaticano II, mas evitando os compromissos equívocos dos teólogos pós-conciliares da «reviravolta antropológica», isto é, do indiferentismo religioso, proclama de acordo com a doutrina de Leão XIII: «Eu defendo com todas as minhas forças a liberdade das consciências, que significa que não é lícito a ninguém impedir que a criatura tribute culto a Deus» e «A Nossa Santa Mãe, a Igreja, sempre se pronunciou pela liberdade e rejeitou todos os fatalismos, antigos ou menos antigos.

Declarou que cada alma é dona do seu destino para bem ou para mal» (Cadernos Prumo, Edições Prumo-Sampedro, n.º 11, pág. 27).

Esta é a aventura do cristão que implica, da parte do próprio Deus, uma espera pela decisão do homem. A homilia de 26 de Março de 1967, Domingo de Páscoa, tem neste contexto uma expressão das mais audazes da literatura cristã de todos os tempos: «Nesta tarefa que vai realizando no mundo, Deus quer que sejamos seus cooperadores; quer correr o risco da nossa liberdade. Emociona-me profundamente contemplar a figura de Jesus recém-nascido em Belém: um menino indefeso, inerte, incapaz de oferecer resistência... Deus entrega-Se nas mãos dos homens; aproxima-Se e desce até nós!» («Cristo que passa», op. cit., pág. n.º 113).

Audácia de presença cristã nos novos tempos mediante uma fidelidade dinâmica à verdade divina: esta é a mensagem de Mons. Josemaría Escrivá de Balaguer. Também para ele, como para todos os fundadores, só se alcança Cristo através da Cruz e sob a direcção da Sua Mãe e nossa Mãe: Ad Jesum per Mariam. Assim, o mistério da nossa vida temporal é iluminado por uma confiança e alegre esperança: «Maria, aos que se aproximam d'Ela e contemplam a sua vida, faz-lhes sempre o imenso favor de levá-los até à Cruz, de colocá-los defronte do exemplo do Filho de Deus. E, nesse confronto, em que se decide a vida cristã, Maria intercede para que a nossa conduta culmine numa reconciliação do irmão mais pequeno — tu e eu — com o Filho primogénito do Pai» («Cristo que passa», op. cit., pág. n.º 149).

CORNELIO FABRO

© *by* Edições LICEL,CRL, Apartado 570, 4711-915 Braga